

Como os partidos de esquerda se posicionam em relação ao governo Lula?

Pedro Gustavo de Sousa Silva¹

1. Introdução

A primeira década do século XXI foi marcada por uma ascensão da esquerda na América Latina. Candidatos presidenciais deste campo ideológico lograram êxito em países como Venezuela, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Paraguai, Argentina e Uruguai. Aproximadamente dois terços da população na América Latina estavam sob governo de partidos de esquerda em 2010 (WEYLAND, 2010).

No Brasil, o acesso da esquerda ao governo nacional ocorreu após a vitória do candidato petista (Lula) nas eleições presidenciais 2002. Depois de vinte e dois anos de oposição (1980-2002) e três derrotas nas eleições presidenciais diretas (1989, 1994 e 1998), o PT² assumiu a condição de governo rodeado por um amplo leque de forças políticas de diversas matizes ideológicas. Esta ascensão da sigla ao Poder Executivo federal possibilitou a primeira experiência de um governo dirigido pelas esquerdas no Brasil pós-regime militar³. No campo das esquerdas, constava no rol de apoiadores do governo Lula importantes movimentos sociais e partidos políticos: MST, CUT, UNE,

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Email: pedro_gustavoss@yahoo.com.br.

² O nome por extenso dos partidos políticos e demais instituições encontra-se na Lista de Siglas.

³ Para Coutinho (2002), o governo João Goulart (1961-1964) foi um governo de esquerda em virtude do seu programa político reformista e dos vínculos que buscou manter com os movimentos sociais. Nesta perspectiva, a gestão Lula não constitui a primeira experiência das esquerdas no Poder Executivo na história do Brasil.

PC do B, PCB, PDT, PSB, PPS, grande número de ONGs, associações e outros agentes sociais.

Este artigo versa sobre o posicionamento dos partidos de esquerda em relação ao governo Lula (2003-2006). Este governo, no início sustentado politicamente por grande parte da esquerda partidária, teve no decorrer da gestão várias rupturas na sua base de sustentação. Minha intenção neste trabalho é sistematizar as posições assumidas pelas agremiações de esquerda em relação ao governo petista. A partir dos discursos e ações externados por integrantes do campo político da esquerda, busco identificar o porquê de uma parte das esquerdas ter apoiado o governo e outra parte não, assim como as razões das rupturas.

O par direita-esquerda foi inserido no campo político durante as disputas na Assembléia Nacional Francesa de 1789. Desde então, as duas expressões geográficas são utilizadas para classificação de ideologias políticas. Conforme Giddens (2001, p. 48), *esquerda* e *direita* mudaram seus significados ao longo do tempo. Observar o desenvolvimento do pensamento político permite perceber que determinadas “idéias foram vistas como esquerdistas em certos períodos e contextos e como direitistas em outros”.

Tarouco e Madeira (2013) buscam identificar as posições de direita e esquerda no Brasil a partir da análise dos manifestos partidários. Manifestos com menções positivas às forças armadas, livre iniciativa, incentivos, ortodoxia econômica, limitação do *Welfare State* e referências favoráveis à classe média e grupos profissionais (para contrastar com as referências à classe operária) seriam indicativos de posicionamento de direita no Brasil. Em contrapartida, manifestos partidários com referências à regulação do mercado, planejamento econômico, economia controlada, análise marxista, expansão do *Welfare State* e referências positivas à classe trabalhadora seriam indicativas de posicionamento de esquerda (TAROUCO; MADEIRA, 2013).

Optei por inserir neste trabalho os partidos que se autodenominam de esquerda a fim de facilitar a demarcação dos agentes da pesquisa. Assim, as siglas selecionadas foram estas: PT, PC do B, PSB, PSOL, PSTU, PCB, PDT e PPS⁴. Outra expressão

⁴ O PCO não foi inserido neste estudo por causa da pequena quantidade de materiais existentes acerca da sigla no período correspondente ao primeiro mandato de Lula (2003-2006). Tal partido não possui representante no Congresso Nacional e somente aparece nas matérias da *Folha de São Paulo* no período das eleições 2006.

merecedora de esclarecimento consiste no termo *esquerda do PT*, bastante usado pela imprensa e inclusive nas disputas internas do Partido. Recorro à denominação *esquerda do PT* sem fazer alusão a um possível setor de direita dentro desta sigla. A referida expressão serve mais para colocar a tona a divisão entre radicais e moderados no interior da sigla.

A coleta de materiais para a pesquisa foi realizada em diversas fontes: notícias veiculadas na imprensa (*Folha de São Paulo* impresso e *on-line*)⁵; *sites* e periódicos vinculados aos partidos estudados – *Opinião Socialista* (PSTU), *A Classe Operária* (PC do B) e o informativo *Palavra Viva*, do mandato do ex-deputado federal João Alfredo (PSOL); consta também a consulta aos periódicos e *sites* das tendências petistas, documentos partidários (resoluções, notas, manifestos), textos acadêmicos referentes ao assunto, revistas, etc. Os dados provenientes da imprensa possibilitaram fazer um acompanhamento cotidiano das movimentações partidárias no cenário nacional.

O período observado tem como foco o quadriênio 2003-2006 (primeiro mandato do governo Lula). A permanência de Lula à frente da gestão governamental traz à tona novos elementos para compreender a relação das agremiações de esquerda com o Poder Executivo. Por limitações de tempo, este artigo restringiu-se ao primeiro mandato. Em outro momento, darei prosseguimento ao estudo da primeira experiência petista de governo no âmbito federal.

Inicialmente, o artigo apresenta brevemente o percurso do PT nas eleições presidenciais diretas até a vitória em 2002. Em seguida, as características associadas à composição do governo recém eleito. Na seção posterior, discorre sobre o posicionamento assumido pelos partidos de esquerda. Por fim, as considerações finais da pesquisa.

2. Eleições presidenciais (1989-2002)

⁵ A escolha deste jornal decorreu da disponibilidade de acervo existente no grupo de estudos sobre o governo Lula, ligado ao Laboratório de Estudos em Política, Mídia e Processos Eleitorais – LEPEN (UFC). À época, a pesquisa desenvolvida pelo grupo tinha como objetivo mais amplo a análise de diferentes processos subjacentes às relações entre o governo Lula (2003-2006) e segmentos da sociedade brasileira: empresários, trabalhadores do setor privado e público federal, MST, partidos políticos nacionais, sindicatos e intelectuais.

No campo da esquerda, o PT se constituiu como o principal partido político do contexto pós-regime militar. A sigla rivalizou com o PDT no início da década de 1980 pela liderança deste bloco ideológico. O pleito presidencial de 1989 pode ser encarado como o marco da hegemonia eleitoral petista no campo dos partidos ligados aos movimentos sociais.

Depois de longos anos sem eleição direta para Presidente da República por causa do regime militar, o povo vai às urnas em 1989 e coloca o candidato petista (Lula) no segundo turno. Nesta eleição, o PT contou com o apoio do PC do B e do PSB na formação da *Frente Brasil Popular*. Leonel Brizola (PDT) foi o terceiro mais votado no primeiro turno deste pleito, ficando atrás de Lula por uma diferença de 0,6%. Lula perdeu para Collor (PRN) por uma pequena margem de votos, tornando-se a mais forte liderança nacional de oposição.

O pleito de 1989 foi a prova de que o PT detinha chances reais de ser um partido governante. Diante desta possibilidade, mudanças internas foram desencadeadas no sentido de auxiliar o Partido no alcance do poder político via eleições. O PT passou gradativamente a adotar posturas mais maleáveis e amplas, seja nas alianças ou nos pontos programáticos. A eleição de 1989 desencadeou no PT o processo do *trade-off* eleitoral⁶, ou seja, o Partido passou a estender o apelo eleitoral para além da classe social que dizia representar no discurso original. Dessa forma, saiu de uma condição de caráter classista para adotar um discurso universalista.

O bom desempenho de Lula em 1989 somado com o *impeachment* de Collor, em setembro de 1992, pareciam anunciar uma vitória certa do PT no pleito presidencial de 1994. Apesar do esforço petista na busca de aliados e do quadro favorável no primeiro semestre daquele ano, a vitória escapou novamente. Mesmo assim, a candidatura de Lula teve um crescimento quanto ao primeiro turno de 1989: foi de 17% para 27,04% dos votos válidos.

Lula disputou o pleito presidencial de 1994 com a coligação *Frente Brasil Popular pela Cidadania*, composta por PT, PSB, PC do B, PPS, PSTU e PV. O êxito do Plano Real no controle da inflação alavancou a candidatura do então ministro da Fazenda – Fernando Henrique Cardoso (PSDB) –, levando a uma vitória deste no primeiro turno com 54,27% dos votos.

⁶ *Trade-off* é um conceito movimentado por Adam Przeworski (1989) ao analisar os partidos socialistas da Europa Ocidental.

A eleição presidencial de 1998 acaba se tornando um desdobramento da anterior tanto no resultado quanto na condução da campanha de Lula. Desta vez, tendo Leonel Brizola (PDT) como vice, o candidato petista adquire 31,71% dos votos válidos. A coligação *União do Povo Muda Brasil* foi composta por PT, PDT, PSB, PC do B e PCB.

Apesar das resoluções tiradas no sentido de permitir alianças cada vez mais amplas em 1994 e 1998, não vemos na prática uma coligação tão heterogênea nas campanhas de Lula durante a década de 1990. As agremiações que chegaram a se coligar com o PT nas três primeiras eleições pós-ditadura (1989, 1994 e 1998) detinham, de certa forma, vínculos com as organizações populares.

Vai ser na quarta tentativa de conquistar o governo federal que o PT e Lula colocam na ordem do dia a parceria com o PL do empresário José Alencar. A coligação *Lula Presidente* (2002) foi formada por PT, PL, PC do B, PMN e PCB. O candidato a vice, José Alencar, era apontado como *avalista* de Lula diante do empresariado (ZANINI, 2002). A famosa e polêmica *Carta ao Povo Brasileiro* – em cujo texto Lula assume o compromisso de honrar todos os contratos, preservar o *superávit* primário e ter cautela com os juro – foi outro recurso utilizado para facilitar a vitória nas urnas.

Pela terceira vez consecutiva a eleição ficou polarizada pelas candidaturas do PT e do PSDB. Em 1994 e 1998, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Lula (PT) disputaram no primeiro turno o posto de Presidente da República. O principal concorrente de Lula no primeiro turno de 2002 foi José Serra (PSDB), que obteve 23,19% dos votos. Houve segundo turno entre José Serra e Lula. As diversas candidaturas de esquerda dispersas no primeiro turno apoiaram Lula no segundo turno, juntando então num mesmo bloco desde o PL, PTB e setores do PMDB até o PC do B, PCB, PSB, PPS, PDT e PT⁷. Lula alcança a vitória com 61,27% dos votos válidos, enquanto Serra conseguiu 38,73%.

3. Formação do Governo Lula

A vitória de Lula nas eleições presidenciais 2002 foi bastante comentada por vastos setores da intelectualidade, da imprensa, do empresariado, dentre outros. Numa

⁷ No segundo turno, o PSTU declarou voto crítico a Lula e o PCO se posicionou pelo voto nulo.

matéria da *Folha Online* (2002) que comenta o resultado da apuração, Lula é apontado como “primeiro líder de um partido de esquerda eleito presidente e, no cargo, o primeiro operário, o primeiro civil sem diploma universitário e o primeiro natural de Pernambuco a exercê-lo como titular”. É sob muita expectativa dos eleitores, dos movimentos sociais, dos intelectuais e de outros setores que tem início o governo Lula em janeiro de 2003.

As conversações para composição do novo governo perduram até os últimos dias de dezembro de 2002. A principal polêmica nesse intervalo entre o momento pós segundo turno e o início do governo foi a indicação de Henrique Meirelles – ex-presidente mundial do *BankBoston* e, à época da sugestão, deputado federal eleito pelo PSDB de Goiás – para a presidência do Banco Central. Parlamentares do próprio PT, partido majoritário no governo Lula, mostraram insatisfação com o nome de Meirelles para o referido cargo. No Senado, por exemplo, ocorreu o episódio de um acordo que previa o não comparecimento de Heloísa Helena⁸ à sabatina e votação de Meirelles. Assim, evitava o problema do PT se dividir logo na primeira votação na condição de partido governante.

O PMDB, em função do grande número de parlamentares e governadores eleitos, se tornou o grande alvo dos petistas na busca de aliados durante os meses antecedentes ao início do governo. Durante o pleito presidencial o PMDB estava formalmente aliado com o PSDB, contudo havia setores naquele partido apoiando outros candidatos. As conversas entre PT e PMDB após as eleições se arrastaram até o dia 20 de dezembro de 2002 quando então o presidente do PMDB (Michel Temer) lança nota afirmando que o seu partido não iria ocupar cargos no novo governo. Partiu dos petistas a intenção de não implementar o acordo – este previa a entrega de dois ministérios aos peemedebistas.

Alguns ministérios foram preenchidos por pessoas sem filiação partidária. Por exemplo: os empresários Luiz Fernando Furlan e Roberto Rodrigues ocuparam, respectivamente, o Ministério do Desenvolvimento e o Ministério da Agricultura. Ao todo, 20% dos ministros (7 num total de 35) não possuíam filiação partidária. A título de comparação, Amorim Neto (2003) calcula que tal percentual nos governos anteriores

⁸ À época, senadora pelo PT de Alagoas.

atingiu os seguintes patamares: 22% (Sarney), 60% (Collor), 45% (Itamar) e 32% (primeira presidência de FHC).

A composição heterogênea, do ponto de vista de origem de classe e de partido político, dos ministérios reflete o arco de alianças feito pelo PT no segundo turno das eleições 2002. Oito partidos que apoiaram Lula no pleito eleitoral assumiram cargos no primeiro escalão do governo – PT, PL, PDT, PSB, PPS, PC do B, PV e PTB. O PMN e o PCB, partidos componentes da coligação vencedora desde o primeiro turno, não ocuparam ministérios; mesmo assim permaneceram na base aliada. No Congresso, Lula contava ainda com os votos de setores do PMDB e da maioria da bancada do PP.

O PT concentrou uma quantidade significativa de ministérios, realizando uma divisão desproporcional dos cargos de primeiro escalão entre os aliados. Coube ao PT um total de vinte e um postos ministeriais num universo de trinta e cinco, ficando então com 60% desse total. Essa situação guarda semelhança com apenas dois momentos na história do Brasil republicano: governo Dutra (1946-51) e o governo Sarney (1985-90). No primeiro caso, o PSD detinha cerca de 50% dos postos ministeriais. No início do governo Sarney, o PMDB teve mais de 70% dos postos⁹.

De acordo com Vianna (2005), a principal ambição da agenda de campanha petista buscava atenuar os constrangimentos impostos pelo sistema financeiro nacional e internacional às atividades produtivas, permitindo crescimento econômico com inclusão social de setores marginalizados da população. Dentre os obstáculos para executar essa agenda, constavam a insuficiente representação do PT no Congresso Nacional e a alta legitimidade popular do tema da estabilidade monetária.

Diante desse quadro, Vianna (2005, p. 19) afirma que o governo optou por “compor uma ampla base parlamentar com um conjunto de partidos de menor densidade política e eleitoral sem prévios compromissos (salvo no caso dos partidos também de esquerda com programa de mudança)”. Tal caminho implicava o loteamento da máquina estatal entre os partidos aliados, dentre os quais alguns partidos de clientela treinados em extrair recursos públicos para servirem a interesses particularistas e às suas campanhas eleitorais. A alternativa escolhida significava também que o governo não recorreria à mobilização da sociedade civil para realizar a agenda de campanha e que

⁹ Os dados sobre a ocupação dos ministérios nas gestões de Dutra e Sarney foram extraídos de Abranches (1988).

sua política obedeceria aos limites demarcados pela heterogênea base de sustentação parlamentar (VIANNA, 2005).

O ex-ministro José Dirceu, numa entrevista a revista *Caros Amigos* (2006), justificou a aliança do governo Lula com pequenos partidos da direita (PL, PP e PTB) argumentando a necessidade de formar maioria no Congresso. Esses três partidos, diz o petista em tela, são pequenas siglas da direita que não tem hegemonia no processo político do país. A direita hegemônica no Brasil, aquela que governa e dirige o processo político, é representada pelo PSDB e PFL – partidos de oposição ao governo Lula.

O *slogan* do governo – *Brasil, um país de todos* – reflete bem o sentimento conciliatório na composição do bloco governista. Genro (2004) afirma que o PT deseja promover a conciliação de interesses através de um acordo com sentido policlassista; está descartada a tentativa de estimular a luta de classes. A presença de representantes de diversas classes sociais e de partidos com feições distintas no Poder Executivo corrobora essa afirmação de Genro. É nesse quadro de empenho pela realização de um pacto social entre várias forças políticas e classes sociais que ocorre a formação do governo Lula. A singularidade deste governo reside em vários fatores, dentre os quais o fato de ser a primeira experiência das esquerdas na direção política do Poder Executivo após o regime militar.

4. Posicionamento dos partidos de esquerda

No início do governo Lula, todos os partidos de esquerda com representação no Congresso Nacional participavam da base aliada: PT, PC do B, PSB, PPS e PDT. Dos 513 deputados na Câmara Federal, as esquerdas detinham na data de posse um número de 161 parlamentares. No caso do Senado Federal, tinha 24 senadores do total de 81. Esse quadro partidário não permaneceu estático durante os quatro anos do novo governo. No decorrer da gestão ocorreram movimentações no sentido da situação para oposição e até rupturas no partido majoritário do governo (PT).

Dentre os partidos componentes da base aliada, o PT foi quem teve o maior número de cargos no governo e também apareceu como a força política de esquerda de maior expressão no Congresso. Coube ao PT a condução do governo Lula, tendo então pela primeira vez os ônus e bônus da experiência de governo no âmbito federal. Essa

responsabilidade de gerir o poder Executivo Nacional trouxe ao PT e aos demais partidos de esquerda debates polêmicos nas suas instâncias partidárias. Em virtude de algumas propostas do governo, diversos setores da sociedade começaram a discutir o caráter de esquerda dos partidos governistas.

Os partidos de esquerda (PT, PC do B, PSB, PSOL, PSTU, PCB, PDT e PPS), independente de terem representação parlamentar ou não, foram agrupados nas seguintes categorias: *esquerda de situação* e *esquerda de oposição*. A postura das agremiações diante do governo Lula é o critério diferenciador dos dois blocos partidários.

Um grupo – formado por PT, PC do B e PSB – permaneceu na base de sustentação do governo durante todo o mandato. Esses três partidos alegaram a necessidade de permanecer na base aliada para pressionar o governo a assumir um rumo progressista. A principal tarefa que esse setor da esquerda colocou para si consistia em promover uma reorientação do modelo econômico aplicado. O governo não cedeu às pressões e manteve a condução da macroeconomia. Essa parte da esquerda manteve com o governo uma relação de apoio e crítica, chegando inclusive a votar contra propostas de interesse do Presidente Lula. PT, PC do B e PSB se agarraram à tese do *governo em disputa* e nela sustentaram a postura de permanecer na base aliada.

Outros partidos optaram por sair do governo e somaram forças com a oposição. PCB, PDT e PPS entregaram os cargos governamentais, juntando-se ao PSOL e PSTU na tarefa de denunciar a *traição* do governo Lula. Estes cinco partidos, apesar das diferenças ideológicas, podem ser agrupados no mesmo bloco de defensor da tese do *governo traidor*.

Essas forças políticas de oposição avaliavam que Lula e o PT abandonaram os compromissos de transformação social com a chegada ao governo. Tal perspectiva de *traição* do governo Lula foi gestada com base nas políticas governamentais, ganhando destaque a área macroeconômica. A seguir, abordo as duas teses do campo da esquerda e os agentes que as fundamentam.

5. Esquerda de situação

A esquerda de situação teve vários contrapontos ao governo do qual fazia parte. Os partidos de esquerda componentes da base governista expressavam publicamente as discordâncias com a gestão do Presidente Lula, porém não havia sinais de ruptura na coalizão.

Na condição de aliados e ao mesmo tempo críticos pontuais do governo, a esquerda do PT, o PC do B e o PSB justificaram a permanência no bloco governista a partir da tese do *governo em disputa*. Conforme Pompêo (2007), a idéia em torno desta tese era a seguinte: o governo estaria dotado de uma grande quantidade de contradições internas, tendo em vista que seria composto tanto de setores da esquerda quanto da direita. Nesse cenário, os setores que pressionassem com mais força determinariam o rumo do governo (POMPÊO, 2007).

Nesse sentido, um elemento central para entender a construção dessa tese consiste na composição do governo Lula. Para Vianna, o PT inovou na política ao instituir o “Estado como um lugar de condomínio aberto a todas as classes e principais grupos de interesses” (2007, p. 50). Forças sociais contraditórias entre si foram levadas para composição do governo, formando o que Vianna chamou de Estado de compromisso – ao invés do lugar da representação de um interesse em detrimento de outro, há um Estado que se apresenta como lugar de todos os interesses. As forças sociais e segmentos que se opõem na sociedade levam suas disputas para a esfera do Estado (VIANNA, 2007).

Renato Rabelo (PC do B)¹⁰, numa de suas primeiras avaliações sobre o governo, apontava quais os ministérios desenvolvimentistas e os conservadores. Para ele, estavam sob orientação desenvolvimentista os ministérios da Ciência e Tecnologia, das Minas e Energia, da Integração Nacional e do Planejamento. O Banco Central e o Ministério da Fazenda, maiores responsáveis pela política macroeconômica, eram situados por Rabelo no campo dos conservadores (RABELO, 2003a). A esquerda do PT e o PSB também compartilhavam da mesma avaliação no que concerne ao Banco Central e a Fazenda. Isto porque os fundamentos da política econômica aplicada eram os mesmos que esses partidos combatiam na gestão anterior.

Conforme Novelli (2010), prevalece certo consenso na literatura de que o governo Lula (2003-06) manteve, em linhas gerais, a política macroeconômica do

¹⁰ Foi presidente nacional do PC do B no período 2001-15.

governo FHC (1995-2002). Três pilares expressam essa continuidade: política cambial (apreciação do real), política monetária (elevadas taxas reais de juros) e política fiscal (geração de *superávits* primários). O autor atribui essa continuidade às seguintes variáveis: ordem econômica internacional que penaliza os mercados emergentes; estabilidade de preços pautada na abertura comercial e financeira, produzindo um alto endividamento externo e interno; por fim, o debate econômico marcado por soluções de caráter ortodoxo (NOVELLI, 2010).

Os mecanismos ortodoxos utilizados na macroeconomia não ocasionaram grandes atritos entre a esquerda de situação e o governo no primeiro ano de gestão. O fato de o governo Lula ter origem num momento de vulnerabilidade externa fazia com que esses setores da esquerda tivessem cautela na crítica da política governamental. As vésperas de iniciar o novo governo, Benjamin (2002) descrevia o quadro nacional com números pessimistas quanto ao futuro do país: havia o maior índice de desemprego registrado, massa salarial em queda livre há mais de um ano, crescimento da economia oscilando em torno de zero, taxa de juros entre as duas ou três maiores do mundo, dívida interna líquida de R\$ 800 milhões, desnacionalização da base produtiva, diminuição das exportações e pagamentos previstos aos credores internacionais numa média de US\$ 100 milhões por semana (BENJAMIN, 2002).

Como não havia qualquer pretensão de ruptura com os contratos vigentes por parte do governo (basta lembrar-se da polêmica *Carta ao Povo Brasileiro*, de 2002), o caminho que restava para superar o delicado momento de vulnerabilidade consistia na execução de uma política econômica dentro dos marcos estabelecidos nos contratos com os credores internos e externos. A palavra de ordem nos círculos governistas, inclusive entre os aliados à esquerda, era de que o governo estava assumindo a agenda ortodoxa apenas temporariamente para superar a *herança maldita* do governo FHC.

A *herança maldita* a que se referem os integrantes do novo governo consistia no quadro econômico desfavorável de limitada capacidade do Estado. O governo Collor (1990-92) iniciou a abertura e a liberalização financeira da economia brasileira. Coube a Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) o aprofundamento desse modelo e a origem da *herança maldita* (NOVELLI, 2010).

O país conviveu com altos índices inflacionários desde a década de 1980 até o advento do Plano Real em 1994. Com a desvalorização do real em 1999, emergiu um

ambiente de incerteza política e econômica. Havia também a necessidade de se aprovar uma série de reformas exigidas pelo acordo do Brasil com o FMI. O diagnóstico em voga era de que o país padecia de um sério problema fiscal (AMORIM NETO, 2003).

O governo FHC (1995-2002) conseguiu manter a inflação controlada. Apenas em 2002 ela foi superior a 10% ao ano. O custo deste controle inflacionário aparece no baixo crescimento do PIB durante o período 1995-2002, no crescimento da taxa de desemprego e no endividamento público. No dia 31 de dezembro de 1994, o endividamento público correspondia a 29,2% do PIB. Ao fim do governo Cardoso (dia 31 de dezembro de 2002), chegou a 55,9% do PIB (NOVELLI, 2010).

Diante disso, os setores da esquerda engajados no governo avaliavam que o início do governo Lula exigia prudência no manejo da economia, conforme revela o documento do PC do B:

Quando eleito, Lula – representando novas forças políticas e sociais, democráticas e progressistas – encontrou o país em situação extremamente grave. (...) Essa herança maldita deixada pelo governo neoliberal de FHC condicionou fortemente o início do mandato do Presidente Lula, levando-o a concentrar seus esforços na área econômico-financeira para contornar o perigo de um colapso (PC do B, 2006).

O caminho escolhido pelo governo foi aprofundar os mecanismos ortodoxos, elevando o *superávit* primário para 4,25% do PIB. A *herança maldita* serviu de recurso retórico para justificar a política econômica posta em prática pelo governo Lula. Foi útil também no sentido de conter eventual crítica dos aliados contra a área econômica.

O Ministério da Fazenda, mesmo tendo a frente um petista, deu prosseguimento à política ortodoxa até o final do mandato. A transição passageira para um modelo pós-neoliberal não encontrou eco na prática. Diante desse quadro, as esquerdas no governo passaram a pressionar pela mudança de rumos da orientação macroeconômica. Rabelo (PC do B) e Amaral (PSB)¹¹ expressam os descontentamentos:

(...) se num momento inicial, diante do legado de crise recebido e em relação ao nível de forças existente, admitia-se até a utilização de uma política macroeconômica ortodoxa, esta orientação não pode ser permanente (RABELO, 2003b).

¹¹ Foi ministro de Ciência e Tecnologia no primeiro ano do Governo Lula.

Seria aceitável a atual política econômica como tática de curto prazo, como meio subordinado a um determinado objetivo, e não como estratégia – não como fim. (...) Ou, por outras palavras: quais os setores de nossa sociedade que se estão beneficiando com a atual política? Ela favorece a distribuição de renda ou a concentração de riqueza? Na verdade, em nome do saneamento das finanças estamos aumentando a exclusão social (AMARAL, 2005a).

Por um lado, os partidos aliados de esquerda se colocaram como críticos permanentes da gestão macroeconômica. Por outro lado, eles foram defensores dos rumos da política externa. De acordo com Miyamoto (2011), o Brasil procurou forjar uma nova identidade internacional capaz de servir como fator agregador para ampliar suas capacidades e despertar respeito no cenário global. Com esse intuito, atuou de forma distinta entre países desenvolvidos e emergentes.

Com os países desenvolvidos, a diplomacia do governo buscou colocar-se como líder do terceiro mundo. Procurou estabelecer condições de igualdade nas negociações, reclamando dos protecionismos praticados pelos países ricos e os acusou pelos desequilíbrios sócio-econômicos globais. Ao mesmo tempo, procurou conquistar mais espaço em cargos diretivos de entidades como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Atuou de forma incisiva por uma vaga como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU (MIYAMOTO, 2011).

Com os países em desenvolvimento, procurou construir uma grande frente para contrapor-se aos interesses das grandes potências. A América do Sul e a África receberam grande atenção. O então presidente Lula visitou 29 países durante o período 2003-10, enquanto o então chanceler Celso Amorim passou pelo continente em 60 oportunidades. O Ministério das Relações Exteriores aumentou a representação diplomática na África, abrindo 16 novas embaixadas. Em relação à América do Sul, a diplomacia brasileira dificultou a iniciativa dos Estados Unidos de fomentar a Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA) (MIYAMOTO, 2011).

As ações do governo Lula no sentido de fortalecer os laços diplomáticos com países da América Latina e a participação no G-20 tiveram boa aceitação nas esquerdas. Outro ponto bem avaliado foi a retomada do papel do Estado no processo de desenvolvimento. Assim, as esquerdas aliadas se sentiam representadas por alguns setores do governo e por outros não. Esses partidos apoiavam a iniciativa

governamental no que toca a política externa e de desenvolvimento, porém condenavam a gestão macroeconômica. Essa situação levou as esquerdas a considerarem que o governo evidencia um processo contraditório em virtude do teor das suas políticas.

O PC do B caracterizou desde o início o governo Lula como um governo de dualidade, devido a seu duplo compromisso de mudança e de continuidade, expresso sobretudo na Carta aos Brasileiros. (...) Nestes dois anos o governo real assume uma fisionomia marcante – internamente, pratica uma política econômica ortodoxa; externamente, adota uma política diplomática e comercial avançada (RABELO, 2004).

Os partidos de esquerda situados no bloco governista consideravam que a dualidade característica do governo Lula era fruto da correlação de forças dentro da gestão. Na perspectiva desses setores, a melhor alternativa para superar o caráter dual do governo era pressioná-lo por dentro com vistas a um novo modelo de política econômica. Estava descartada então uma ruptura como tática de pressão. O texto abaixo, de Renato Rabelo (PC do B), aponta nesta perspectiva.

A atual realidade política não comporta outro caminho para esquerda: a mudança passa pelo governo Lula. (...) Diante da experiência deste primeiro ano de governo, o partido deve aprimorar seu papel de força conseqüente na definição e aplicação do projeto nacional alternativo, ou seja, apoiar e aprofundar a nova política externa de afirmação da soberania nacional; reunir forças fortalecendo o núcleo patriótico e progressista, aglutinando o centro do espectro político e neutralizando setores indecisos no sentido de redirecionar a política econômica para o viés do desenvolvimento (...) (RABELO, 2003b).

Essa perspectiva de tencionar por dentro do governo também é assumida pelo PSB e pela esquerda do PT, embora o caso deste último partido se mostre mais complexo. Roberto Amaral (PSB), numa de suas avaliações sobre o governo Lula, afirmou a necessidade das esquerdas influírem na correlação de forças.

(...) a esquerda socialista cumpre papel fundamental no apoio ao governo do Presidente Lula; é seu dever histórico fortalecer sua presença na coalizão da base de governo para assim poder influir na condução política, lutando pela hegemonia interna; a esquerda socialista não pode descuidar da necessidade de ampliação de apoio interno e social com vistas a assegurar, na correlação de forças estabelecidas, o avanço das correntes mudancistas; (...) (AMARAL, 2005b).

A tese do *governo em disputa* não foi objeto de discurso apenas das organizações partidárias. Movimentos sociais importantes do país também se colocaram como agentes que deveriam influenciar os rumos do governo. De acordo com Pompêo (2006), grupos como CUT, UNE e MST cumpriam o papel de fazer a disputa do governo para seguir um caminho mais à esquerda.

O caso das tendências e organizações de esquerda inseridas no PT apresentava um cenário distinto. Como o PT estava na condição de força política dirigente do governo, essas tendências (Democracia Socialista, Articulação de Esquerda e outras menores) consideravam necessário disputar os rumos do Partido e do governo. O momento no qual as disputas internas dentro do PT foram mais acirradas se deu no Processo de Eleição Direta (PED) de 2005. Nesta oportunidade, a esquerda do PT juntou forças no segundo turno do PED e perdeu por uma pequena diferença para o candidato do Campo Majoritário. O mote da esquerda do PT na campanha do PED consistia em disputar os rumos do partido para levar a cabo as mudanças do governo.

O PT, conhecido pela significativa disciplina parlamentar nos tempos de oposição, experimenta um crescimento de votações dissidentes em sua bancada na Câmara Federal quando assume o governo nacional. Maglia e Peres (2015) atestam essa conclusão a partir do exame das votações nominais dos deputados federais petistas no período 1989-2014. Na legislatura 2003-06, os deputados petistas mais indisciplinados foram aqueles vinculados às tendências de esquerda. Durante o primeiro mandato de Lula, a indisciplinada dos parlamentares petistas foi mais elevada no ano de 2005.

Esse quadro de apoio e, ao mesmo tempo, crítica permanente por parte de setores da esquerda – PT, PC do B e PSB – perdurou por todo o mandato (2003-2006). Apesar de considerarem o governo muito tímido no que toca ao avanço do neoliberalismo, tais partidos não abandonaram a gestão. Preferiram a opção de pressionar o governo sem romper com o mesmo, colocando muitas vezes em conflito a militância e os parlamentares contra a orientação da cúpula partidária. A tese do *governo em disputa* serviu como fundamento ideológico para permanecer num governo que não correspondeu a todos os anseios.

6. Esquerda de oposição

A tese do *governo traidor* foi produzida a partir da avaliação de uma série de medidas da gestão Lula. A história do PT nos seus 22 anos de oposição no âmbito federal não condizia com as ações do PT governista. O PSTU foi precursor ao falar da *traição* de Lula e do PT, ganhando o reforço de outros agentes partidários com o decorrer do governo.

Ao contrário da esquerda partidária que disputava os rumos do governo, o campo político empenhado na tese do *governo traidor* apresentava composição bem heterogênea. As forças políticas componentes deste campo eram as seguintes: PDT, PPS, PSOL, PCB e PSTU. Apesar do discurso em comum e da postura de oposição ao governo Lula, havia uma divisão nesse campo. De um lado, o PDT e o PPS organizavam seminários em conjunto e até cogitaram a possibilidade de fusão com o objetivo de alcançar a cláusula de barreira nas eleições 2006. De outro lado, o PSOL, PCB e PSTU participavam das mobilizações contra o governo. A aproximação entre os três levou à formação da *Frente de Esquerda* nas eleições presidenciais de 2006, alcançando o terceiro lugar no primeiro turno com a candidata Heloísa Helena (PSOL).

É importante frisar que três desses partidos de oposição fizeram parte da base aliada do governo Lula. O PDT rompeu com apenas um ano de governo; o PPS permaneceu dois anos na base aliada; o PCB foi para oposição depois de dois anos e três meses. Existe ainda o caso do PSOL, partido fundado no decorrer do governo e cuja base social e parlamentar também dava sustentação ao Presidente Lula. Assim, apenas o PSTU não participou em nenhum momento da gestão petista. É no campo da oposição que ocorreu a aproximação entre esses partidos e então ganhou força a tese de que o governo Lula traiu os setores historicamente defendidos pelas esquerdas.

O principal fator para entender a construção da referida tese consiste na política econômica aplicada pelo governo. Esta política se tornou o ponto comum de críticas do conjunto das esquerdas e alvo inclusive de grandes marchas em Brasília. Entre os dois blocos das esquerdas a avaliação corrente era de que o governo Lula mantinha e até aprofundava o modelo econômico da gestão FHC – elevação do *superávit*, as altas taxas de juros, os cortes no Orçamento da União, a independência do Banco Central, câmbio flutuante e outros elementos no âmbito macroeconômico. Diversas forças políticas apoiaram Lula nas eleições 2002 com a perspectiva de que ele mudaria esse quadro na

política econômica para destravar o desenvolvimento do país. A promessa não foi cumprida e então ocorreu uma migração de parte das esquerdas para a oposição.

Alguns parlamentares e partidos de esquerda, antes de romperem com o governo, fizeram pressão enquanto base de apoio. Este foi o caso do PCB, que caracterizou o governo Lula como um *governo em disputa* durante dois anos. Na ocasião do XIII Congresso Nacional do PCB (2005), este partido decidiu pela ruptura com a gestão lulista por avaliar que havia acabado “a possibilidade de disputa em seu interior”. Para o Partidão, o “grande capital financeiro foi vitorioso na decantada disputa”. O governo Lula, continua o PCB, “tem sido instrumento ideal da burguesia brasileira para o desmonte do precário conjunto de garantias sociais existentes no Brasil” (PCB, 2005).

Parlamentares da esquerda do PT deixaram a sigla e romperam com o governo alegando razões semelhantes ao caso do PCB. Nesta situação me refiro aos deputados federais que saíram do PT em 2005 para ingressarem no PSOL em virtude do descontentamento com os rumos do governo Lula e do PT. A esquerda do PT se empenhou durante todo o mandato de Lula em pressionar o governo com vistas a reorientar a política econômica e outras políticas governamentais. As consecutivas derrotas no Congresso desse setor parlamentar e as denúncias de corrupção contra o PT nos idos de 2005 fizeram com que vários ativistas e parlamentares buscassem o PSOL como opção.

O então deputado federal João Alfredo é um exemplo dos descontentes da esquerda petista. Na sua *Carta Aberta*, texto no qual explica as razões da desfiliação do PT e o ingresso no PSOL, João Alfredo afirma que a esquerda partidária perdeu quase todos os embates no Congresso: Reforma da Previdência, liberação dos transgênicos, nova lei de falências, blindagem de Henrique Meirelles, reajuste do salário-mínimo e, sobretudo, na manutenção e aprofundamento da política econômica (ALFREDO, 2005). Numa entrevista a Marcelo Salles, o ex-deputado federal reafirma seu descontentamento:

Disputamos lei de falências, disputamos reforma agrária, disputamos meio-ambiente. E perdemos quase todas. E chegava um ponto de cair na real e entender que o governo Lula tinha feito uma escolha e essa escolha não era a transformação social. (...) Segue a mesma política econômica [de FHC] e a mesma política de alianças com os partidos de centro-direita, com o PL, com o PTB, com o PMDB. Então, é um

governo de continuidade, no essencial. Embora aqui e acolá, em alguns setores possa haver gestores comprometidos com alguma mudança. Mas essas ações acabam sendo anuladas pela política econômica (SALLES, 2005).

A política econômica foi o elemento central na ruptura das esquerdas com o governo. As razões colocadas pelo PCB, PDT e PPS para se desligarem da base aliada tinham em comum a posição contrária ao modelo econômico. A resolução do PDT que declarou a independência do partido em relação ao governo lista os seguintes pontos para justificar a decisão: as reformas retiram direitos dos trabalhadores; governo revelou-se algoz do funcionalismo; política econômica de privilégio ao capital financeiro; reforma agrária estagnada; subserviência aos ditames do FMI; arrocho salarial e outros. Leonel Brizola, na época Presidente Nacional do PDT, escreveu duros textos contra o governo Lula. Para Brizola, o governo traía o povo porque seguia os caminhos da gestão tucana.

Desde o primeiro dia de governo, avançaram impiedosamente pelos mesmos caminhos de Fernando Henrique e mais além que este. Diante da perplexidade de todos nós, que o apoiamos, foi cometendo, uma a uma, um rosário de traições à população. Aumentar juros, cortar os gastos sociais, perseguir o funcionalismo e os aposentados, em tudo o governo Lula vem sendo mais drástico que o neoliberalismo *fernandista* ousava ser (BRIZOLA, 2003).

A esquerda de oposição também concentrou sua crítica na relação do governo com o FMI. Os cinco partidos – PDT, PPS, PSOL, PCB e PSTU – afirmavam que o governo Lula era submisso ao FMI, contrariando uma reivindicação histórica das esquerdas. De acordo com Lemenhe (2006), a negação feita por Lula à bandeira de ruptura com o FMI configurou-se num ato de traição para alguns setores da esquerda. Cito-a:

Como se sabe, no Brasil, o desacordo radical à submissão da economia nacional aos interesses dos países hegemônicos orientou fortemente, desde meados do século XX, os discursos e as ações da esquerda brasileira aglutinada no Partido Comunista Brasileiro – PCB e no Partido Comunista do Brasil – PC do B e hoje persiste com força renovada, traduzida no “FORA FMI”, bordão que acompanha os movimentos de contestação aos interesses do capital mundializado e o neoliberalismo. Assim, os termos e argumentos da *Carta ao povo brasileiro* trouxeram surpresa e indignação às esquerdas em suas várias matizes, alinhadas nos vários partidos como PSTU (mais fortemente), PDT, PCB e segmentos do PT. A negação feita por Lula

de uma antiga e sagrada bandeira de luta configurou-se como ato de traição (LEMENHE, 2006: 59).

A postura do governo de elevar o *superávit* e seguir as diretrizes do FMI na política reforçou a tese do *governo traidor*. Ao invés de qualquer tentativa de rompimento com os credores externos, o governo Lula saldou os compromissos financeiros com o FMI (MIYAMOTO, 2011).

Também entrou no rol dos elementos utilizados para reforçar a tese de *traição* a política externa, a composição dos ministérios, as reformas, os reajustes do salário-mínimo e outros aspectos de menor impacto. A política externa do governo Lula gerou controvérsias nos dois blocos das esquerdas. Para o PCB, o governo praticou uma política externa dúbia e vacilante: “Ao mesmo tempo em que corretamente ajudou Chávez em alguns momentos, diante da pressão norte-americana, manda tropas para o Haiti, a pedido do imperialismo, para garantir um governo fantoche” (PCB, 2006). PSTU e PSOL tinham opinião diversa do PCB neste ponto. Esses dois partidos condenavam a política externa do governo, avaliando-a como submissão ao imperialismo. O envio de tropas brasileiras para o Haiti é o caso mais usado por essas forças políticas para denunciar a subserviência do governo Lula.

Outro aspecto que merece ser destacado na construção da tese consiste na composição dos ministérios. O campo da esquerda – incluo tanto os setores de oposição quanto os de situação – foi crítico permanente de algumas nomeações vinculadas aos setores financeiro e industrial. Constavam entre os nomes indesejados pelas esquerdas os seguintes ministros: Henrique Meirelles, ex-presidente mundial do *Bank Boston*, foi nomeado presidente do Banco Central; Luiz Fernando Furlan, na época presidente da Sadia e vice-presidente da FIESP, se tornou Ministro do Desenvolvimento; Roberto Rodrigues, vice-presidente do Conselho de Empresários da América Latina e ligado ao agro-negócio, foi para o Ministério da Agricultura. Apesar da maioria dos ministérios estarem sob condução da esquerda de situação, o núcleo central dirigente da política econômica tinha um personagem vinculado ao setor financeiro internacional.

Além de colocar um banqueiro no BC, Lula ainda se comprometeu a dar autonomia ao Banco Central. Ou seja, os banqueiros decidirão tudo o que tem a ver com a moeda – taxa de juros e taxa de câmbio, por exemplo – e com a circulação de capitais, controlarão as reservas do país e o caixa do governo. (...) A chave do cofre está com a burguesia e as linhas mestras do plano econômico – amarrados ao

acordo com o FMI – impõe a continuidade e o aprofundamento da política de FHC (FONTANA, 2003)¹².

O primeiro escalão do governo Lula ganhou da esquerda de situação a interpretação do *governo em disputa* justamente por causa da diversidade de interesses representados nos ministérios. Esse mesmo objeto foi avaliado por ativistas do PSTU de maneira diferente. De acordo com Simon¹³ (2006), a presença de Meirelles, Furlan e Rodrigues nos ministérios significava que a direita não saiu do poder com a troca de governo. Contudo, a gestão de Lula não representa um governo burguês qualquer. O mesmo Simon (ibid) caracteriza o governo como de colaboração de classes. Cito-o:

É um governo burguês a serviço dos banqueiros e do imperialismo. Mas não é um governo burguês qualquer, é uma frente popular, de colaboração de classes, por ter em seu comando lideranças dos trabalhadores. Com este “disfarce”, consegue impor derrotas mais duras à classe trabalhadora, exatamente por ter a confiança da mesma (SIMON, 2006: 09).

A divisão das esquerdas diante do governo não se restringiu a atuação parlamentar. O movimento social também ficou dividido. A primeira grande mobilização após a posse de Lula na Presidência foi em 2003, na greve do funcionalismo federal contra a reforma da Previdência. Em junho de 2004 ocorreu a marcha contra as reformas Sindical, Trabalhista e Universitária. Em novembro do mesmo ano houve dois atos em Brasília – um deles consistia na marcha contra as reformas Sindical e Trabalhista e o outro ato foi uma marcha liderada pelo MST contra a política econômica.

O ano de 2005, marcado pela maior crise política do governo, se tornou palco de outras mobilizações. Em agosto deste ano, a esquerda de situação e setores do movimento social ligados ao governo foram à Brasília marchar em defesa do governo Lula e contra a corrupção e a política econômica. No dia seguinte a esta mobilização, ocorreu a marcha oposicionista convocada majoritariamente pelo PSTU, Conlutas, PSOL e outros grupos menores (POMPÊO, 2006).

Do ponto de vista parlamentar, a esquerda de oposição não oferecia grandes prejuízos ao governo Lula. Afinal, apenas PDT, PPS e PSOL possuíam parlamentares no Congresso e mesmo assim numa pequena quantidade. O trunfo dessas forças

¹² À época, Mariúcha Fontana era dirigente nacional do PSTU e editora do *Opinião Socialista*.

¹³ Moisés Simon é membro do PSTU e escreve para o jornal *Opinião Socialista*.

políticas consistia nas mobilizações de rua. Sobretudo o PSTU, PCB e PSOL tinham expressão social nas diversas marchas realizadas em Brasília. Apesar da inferioridade numérica e eleitoral desses três partidos, a atuação deles no movimento social causava transtornos ao governo. A situação desses partidos – PSTU, PCB e PSOL – lembra o que Sartori chamou de minorias intensas. Cito-o: “Seja como for, o fato inquestionável é que as minorias intensas têm um peso extra nos processos de tomada de decisão; sua intensidade compensa sua inferioridade numérica” (SARTORI, 1994, p. 302). A oposição desses partidos ao governo se materializava mais no movimento social do que no Congresso.

A esquerda partidária empenhada na oposição ao governo Lula mostrou-se aguerrida na função de acusar o governo de traidor. Tal postura difere bastante da oposição desempenhada por PSDB e PFL no Congresso. Afinal, estes dois partidos colaboraram com o governo em muitas votações, mesmo não deixando o papel de oposição. A peculiaridade da esquerda de oposição reside em trazer à tona o discurso de que a esquerda no governo deixou de lado as bandeiras de defesa da classe trabalhadora e dos excluídos.

7. Considerações finais

Sob a hegemonia do PT, o governo Lula agregou diversos setores da sociedade. Acerca deste aspecto Vianna (2007) afirma que o governo Lula inovou do ponto de vista político ao compor o Estado com classes e grupos de interesses opostos. No âmbito da macroeconomia, continua o autor, prevaleceu a “linha de continuidade com a política econômico-financeira do governo anterior” (VIANNA, 2007, p. 50).

Ambas as teses gestadas no campo das esquerdas destacam a política econômica do governo como algo prejudicial para os trabalhadores. O trato mais cuidadoso por parte dos partidos e governo ao debate econômico se deve a “alta legitimidade popular do tema da estabilidade monetária, recomendando prudência nas relações com o sistema financeiro” (VIANNA, 2005, p. 19). Em busca da estabilidade, o governo Lula não poupou esforços na retenção do recurso público, provocando cortes nos investimentos de áreas importantes.

Esta situação revela mais um componente da agenda de país emergente (caso do Brasil): “desequilíbrio entre oferta e demanda de políticas públicas” (ABRANCHES, 2003). Quando era oposição, o PT fazia severas críticas e atuava no Congresso contra o modelo econômico que optou por aplicar ao assumir o governo. Outrora o candidato mais temido pelos mercados, Lula disputou a reeleição defendendo os resultados do governo mais conservador na economia desde a redemocratização do país (PATU, 2006, p. A12).

Essa gestão macroeconômica conservadora provocou rupturas na base aliada. A esquerda opositora avaliou que o governo Lula seguia os rumos da gestão tucana, por isso a postura de oposição ao governo. E quanto aos partidos de esquerda da situação, por que eles ainda permaneceram na sustentação do Presidente Lula tendo em vista a insatisfação com a área econômica? A resposta destes partidos consistia em apostar na pressão por dentro do governo para mudar a condução macroeconômica.

Machado (2004) argumenta que os interesses materiais consistem num importante fator para explicar a participação de uma parte da esquerda no governo Lula. Contudo, uma série de considerações políticas acompanha esse primeiro elemento: “a preocupação com o possível isolamento social, político e, sobretudo, eleitoral a que o rompimento com o governo poderia levar” (MACHADO, 2004).

Algumas nuances da disputa política podem ser destacadas: (1) a esquerda opositora busca a todo custo desqualificar o PT como principal força política da esquerda no país; (2) a esquerda de situação reafirma sua postura em defesa dos mais necessitados e se apresenta como a *esquerda responsável*.

Como o PT é a principal agremiação na sustentação e condução do governo Lula, tal partido arcou com o ônus de ser responsabilizado pelos desencontros da gestão. A história de lutas da sigla e a estreita relação com os movimentos sociais fizeram do PT uma agremiação com características bastante singulares no Brasil. Este conjunto de fatores foi fundamental para tornar o PT o centro das críticas por parte da esquerda opositora. Minimizar ou então diminuir a influência do PT junto aos movimentos sociais significa abrir espaço para atuação de outras forças políticas de esquerda.

A esquerda de situação defende sua postura ideológica e ao mesmo tempo se coloca como o setor da esquerda partidária *responsável* porque atua no Estado em defesa dos trabalhadores. A esquerda de situação conduz a gestão sem qualquer menção

a rupturas com os credores internos e externos, mantendo cautela na macroeconomia e, sobretudo, no controle da inflação. Para esquerda de situação não há incompatibilidade entre estar no governo Lula e manter a perspectiva de defesa dos trabalhadores, enquanto a esquerda opositora expõe o contrário: ficar no governo significa *trair* os trabalhadores e excluídos.

Referências

ABRANCHES, Sérgio H. Hudson de. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.

ABRANCHES, Sérgio H. Hudson de. Presidencialismo de Coalizão e Crise de Governança. In: TAVARES, José A. Giusti (org.). **O Sistema Partidário na Consolidação da Democracia**. Brasília: Teotônio Vilela, p. 75-82, 2003.

ALFREDO, João. Carta Aberta. **Palavra Viva**, Brasília, n. 08, 20 set. 2005.

AMARAL, Roberto. **Ajuste social de longo prazo**. 18 dez. 2005a. Disponível em: <<http://www.psbnacional.org.br>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

_____. **A esquerda socialista: impasses e alternativas**. 2005b. Disponível em: <<http://www.psbnacional.org.br/artigo.php?idM=64>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

AMORIM NETO, Octávio. Presidencialismo de Coalizão Revisitado: Novos Dilemas, Velhos Problemas. In: TAVARES, José Antônio Giusti (Org). **O Sistema Partidário na Consolidação da Democracia Brasileira**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

BENJAMIN, César. O Enigma Lula: Fausto, Maquiavel ou Riobaldo? **Centro de Mídia Independente**, 19 set. 2002. Disponível em: <www.midiaindependente.org>. Acesso em: 15 abr. 2005.

BRIZOLA, Leonel. **O nome disto é traição**. 06 nov. 2003. Disponível em: <www.pdt.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Governo Lula ou o estreito fio da navalha. **Gramsci e o Brasil**, dez. 2002. Disponível em: <www.artnet.com.br/gramsci/arguiv244.htm>. Acesso em: 15 abr. 2007.

FOLHA ONLINE. Após três eleições, Lula chega à Presidência da República. **Folha Online**, São Paulo, 27 out. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41521.shtml>>. Acesso em: 06 jul. 2006.

FONTANA, Mariúcha. Ministério agrada “mercado” e FMI. **Opinião Socialista**, n. 143, 23 jan. – 05 fev. 2003.

FREIRE, André. **Esquerda e direita na política europeia: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparada**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

GENRO, Tarso. **Esquerda em processo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEMENHE, M. Auxiliadora. Figurações de um Presidente: Lula traidor, companheiro, populista. In: MIRANDA, Júlia; PORDEUS Jr. Ismael; LAPLANTINE, François (orgs.). **Imaginários sociais em movimento: oralidade e escrita em contextos multiculturais**. Lyon, França: Universidade de Lyon 2 – Fortaleza, Brasil: Universidade Federal do Ceará – Campinas, Brasil: Pontes Editores, 2006.

MACHADO, Gilmar; NEVES, Gilberto. Unidade da esquerda, antes que seja tarde. **Democracia Socialista – Em Tempo**, abr. 2005, p. 04.

MACHADO, João. As eleições de 2002 e o significado do governo Lula - Uma contribuição ao debate dos desafios diante da esquerda brasileira. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 42, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/042/42cmachado.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2005.

MAGLIA, Cristiana; PERES, Paulo Sérgio. **O Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados: Análise da Indisciplina das Tendências Internas do PT**. 39º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu – MG, 2015.

MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa do governo Lula: aspirações e dificuldades. **Ideias** (UNICAMP), v. 1, p. 119-132, 2011.

NOVELLI, José Marcos Nayme. A questão da continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e Lula (1995-2006). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 227-240, jun. 2010.

PATU, Gustavo. Lula é presidente mais ortodoxo em 20 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Brasil, 09 jul. p. A12, 2006.

PCB. **Resoluções do XIII Congresso**. Belo Horizonte, 27 mar. 2005. Disponível em: <www.pcb.org.br>. Acesso em: 28 fev. 2008.

_____. Fora Alckmin! **Resistir.info**, Rio de Janeiro, 6 out. 2006. Disponível em: <www.resistir.info>. Acesso em: 18 jan. 2008.

PC do B. **Reeleger Lula, renovar o compromisso com as mudanças e eleger os candidatos do Partido Comunista do Brasil**. Brasília, 29 jun. 2006. Disponível em: <www.vermelho.org.br>. Acesso: 17 jan. 2008.

POMPÊO, Flávio Sposto. Governo Lula, o novo partido e as saídas pela esquerda para a crise de 2005. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 57, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/057/57pompeo.htm>>. Acesso em: 18 dez. 2007.

_____. As origens do P-SOL. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 12, 2007. Disponível em: <www.urutagua.uem.br>. Acesso em: 03 mai. 2007.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RABELO, Renato. Fortalecer a soberania no governo Lula. **A Classe Operária**, n. 232, out. 2003a. Disponível em: <www.vermelho.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2005.

_____. **Reforçar a luta pela afirmação da perspectiva mudancista do governo Lula**. 19 dez. 2003b. Disponível em: <www.vermelho.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2005.

_____. **A política macro econômica ortodoxa: maior obstáculo ao desenvolvimento**. 31 dez. 2004. Disponível em: <www.vermelho.org.br>. Acesso em: 11 jul. 2005.

SALLES, Marcelo. Entrevista: João Alfredo. **Fazendo Media**, Niterói, 04 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.fazendomedia.com/novas/entrevista041205>>. Acesso: 06 dez. 2005.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo**. v. 1, [s. l.], Editora Ática, 1994.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Carta ao Povo Brasileiro. **Fundação Perseu Abramo**, 22 jun. 2002. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2324>>. Acesso em: 21 ago. 2008.

SILVA, Pedro Gustavo de Sousa. **Convergências e divergências na política brasileira: governo Lula e os partidos de esquerda (2003-2006)**. Monografia, Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará- UFC, Fortaleza, 2008.

SIMON, Moisés. Votar em Lula é um mal menor? **Opinião Socialista**, São Paulo, n. 253, 30 mar. – 12 abr., p. 09, 2006.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.7, n.2, p.93-114, maio-ago. 2013.

VIANNA, Luiz Werneck. A crise republicana e o estado de exceção. **Ciência Hoje**, n. 220, p. 18-23, out. 2005.

_____. O Estado Novo do PT. **Política Democrática-Revista de Política e Cultura**, Brasília, n. 18, p. 45-53, jul. 2007.

VIANA, Natalia *et al.* Entrevista explosiva - José Dirceu. **Caros Amigos**, n. 106, p. 38-45, jan. 2006.

WEYLAND, Kurt. The Performance of Leftist Governments in Latin America: Conceptual and Theoretical Issues. In: WEYLAND, Kurt; MADRID, Raúl L.; HUNTER, Wendy (Eds.). **Leftist Governments in Latin America: successes and shortcomings**. New York: Cambridge University Press, 2010.

ZANINI, Fábio. PT quer José Alencar (PL) como seu “avalista”. **Folha Online**, São Paulo, 16 jun. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33621.shtml>>. Acesso em: 29 jul. 2006.

LISTA DE SIGLAS

PT: Partido dos Trabalhadores

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PCO: Partido da Causa Operária

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PPS: Partido Popular Socialista

PSOL: Partido Socialismo e Liberdade

PL: Partido Liberal

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PFL: Partido da Frente Liberal

FMI: Fundo Monetário Internacional

FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Conlutas: Coordenação Nacional de Lutas

G-20: Grupo dos 20

ONG: Organização Não Governamental

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

CUT: Central Única dos Trabalhadores

UNE: União Nacional dos Estudantes

Como os partidos de esquerda se posicionam em relação ao governo Lula?

Resumo: O objetivo deste artigo é sistematizar as posições assumidas pelos partidos de esquerda em relação ao governo Lula (2003-2006). Depois de vinte e dois anos de oposição no âmbito federal (1980-2002), o PT assumiu a condição de governo rodeado por um amplo leque de forças políticas de diversas matizes ideológicas. No decorrer da gestão, os partidos de esquerda se dividiram em dois blocos diante do governo Lula: 1) um deles apoiou a gestão, mesmo tendo conflitos com o governo; 2) o outro bloco das esquerdas assumiu a postura de oposição, acusando o governo de traidor. A partir dos discursos externados por integrantes do campo político da esquerda, busco identificar o porquê de uma parte das esquerdas ter apoiado o governo e outra parte não, assim como as razões das rupturas.

Palavras-Chave: Governo Lula; Partidos de esquerda; Teses das esquerdas.

How do the left-wing parties position themselves in relation to the Lula government?

Abstract: This article's aim is to systematize the positions of the left-wing parties in relation to the Lula administration (2003-2006). After twenty-two years in opposition to the federal administration (1980-2002), the Worker's Party (PT) came to the presidency surrounded by a broad array of political forces from various ideological positions. During this period, the left-wing parties divided themselves into two blocks in their relationship with Lula's administration: 1) a first group supported the government despite having conflicts with it; 2) while the second left-wing group took an oppositional stance, accusing the government of betrayal. From the speeches externalized by the left of the political field members, seek to identify why a part of the left have supported the government and part not, and the reasons for breaks.

Keywords: Lula government; Left-wing parties; Leftist Theses.

Recebido em: 07 de março de 2016.

Aceito para publicação em: 08 de junho de 2016.